

E ECONOMIAS MUNICIPAIS EXTRATIVAS E IMPLICAÇÕES TERRITORIAIS DA MINERAÇÃO EM ALTO HORIZONTE - GO

Thálita Cristina Cunha Silva ¹
Kálita Cristina Cunha Silva ²

RESUMO

Este estudo analisa os impactos sociais, econômicos e ambientais da mineração em Alto Horizonte, Goiás, destacando a forte dependência do setor mineral na dinâmica territorial do município. A pesquisa evidencia que, embora a mineração gere receita e empregos, ela também provoca conflitos ambientais, degradação do Cerrado e vulnerabilidade econômica, devido à oscilação dos preços das commodities. A dependência excessiva do setor revela a necessidade de diversificação econômica, promovendo atividades sustentáveis como turismo e agricultura ecológica. A partir de uma abordagem quali-quantitativa, combinem-se dados oficiais, análise bibliográfica e trabalho de campo para compreender essas dinâmicas. Os resultados reforçam que políticas de incentivo à diversificação e conservação ambiental são essenciais para garantir um desenvolvimento sustentável, reduzindo riscos e promovendo a equidade social.

Palavras-chave: Minério-dependência; Economias Extrativas; Alto Horizonte – GO.

RESUMEN

Este estudio analiza los impactos sociales, económicos y ambientales de la minería en Alto Horizonte, Goiás, destacando la fuerte dependencia del sector minero de la dinámica territorial del municipio. La investigación muestra que, si bien la minería genera ingresos y empleos, también genera conflictos ambientales, degradación del Cerrado y vulnerabilidad económica debido a la fluctuación de los precios de las materias primas. Esta excesiva dependencia del sector resalta la necesidad de diversificar la economía, promoviendo actividades sostenibles como el turismo y la agricultura orgánica. Mediante un enfoque cualitativo y cuantitativo, combina datos oficiales, análisis bibliográfico y trabajo de campo para comprender estas dinámicas. Los resultados refuerzan la idea de que las políticas que fomentan la diversificación y la conservación del medio ambiente son esenciales para garantizar el desarrollo sostenible, reducir los riesgos y promover la equidad social.

Palabras clave: Dependencia mineral; Economías extractivas; Alto Horizonte – GO.

¹ Mestranda do Curso de Geografia da Universidade Estadual - UEG, thallitacristinago@gmail.com;

² Mestranda do Curso de Geografia da Universidade Estadual – UEG, kallitacristinago@gmail.com

INTRODUÇÃO

A mineração constitui-se como atividade extrativista que gera impactos significativos em diversas escalas, como questões: ambientais, econômicas e políticas. Esta atividade inclui sistema de produção diversificado, que está inserido nas dinâmicas globais do comércio de minérios, interconectando com fluxos econômicos e sistemas geopolíticos de alcance internacional.

O setor mineral engloba uma rede de produção complexa integrada nas redes globais de commodities que circulam no “ecossistema global do capital” (Harvey, 2018). Entre os principais estados minerados do Brasil destacam-se: Minas Gerais, Pará, Bahia e Goiás (IMB, 2023). No contexto do Estado de Goiás, a mineração desempenha função fundamental entre os principais produtos que são exportados, cuja economia é baseada na exportação de grãos, carne e minérios (IMB, 2022). A economia de Goiás é fortemente vinculada à exploração intensiva de recursos naturais, como água, terra e minérios. Por esse viés, podemos observar que o subsolo está em disputa entre o espaço agrário fraturado devido aos efeitos da produção desigual (Gonçalves, 2019).

O Brasil é um dos principais produtores de minério do mundo, com uma rede produtiva presente em praticamente todo o território nacional, responsável pelo fornecimento de aproximadamente 184 tipos de derivados minerais (Souza, 2022). Essa relevância não se construiu recentemente, nota-se que a mineração ocupa uma posição estratégica no processo de formação econômica e territorial do país desde os tempos coloniais, sendo vista ao longo da história como um dos principais fatores de desenvolvimento.

Ao longo da história do Brasil, a atividade mineradora tem ocupado uma posição de destaque nas estratégias de desenvolvimento econômico e expansão territorial. Desde os primeiros ciclos econômicos até os dias atuais, a exploração mineral tem sido considerada um agente de crescimento, contribuindo para a formação de cidades, a interiorização da ocupação e a geração de riquezas. Essa percepção da mineração como um pilar do progresso nacional tem influenciado a forma como o setor é tratado pelas políticas públicas e pelo Estado brasileiro. Conforme Oliveira (2021 p. 17):

A mineração no Brasil sempre foi vista como um potencial de desenvolvimento econômico; por conseguinte, cuidada como atividade de interesse público, sendo, ao longo do tempo, regulamentada, a fim de potencializar os benefícios gerados pelo setor.

Um dos desafios relacionados às economias municipais extrativas em Goiás, diz respeito especialmente em relação à mineração e à arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Ao analisar esse elemento, verificamos que há uma interligação com a dependência econômica dos municípios que dependem fortemente da mineração como principal fonte de renda que estão suscetíveis a flutuações nos preços das commodities minerais e à redução na demanda. Em decorrência disso, se ocorrer um declínio significativo na arrecadação de CFEM os impactos negativos sobre a economia municipal tendem agravar a vida dos trabalhadores locais.

A escolha da temática deste está relacionada à necessidade de investigar como a presença de grandes projetos de mineração tem impactado tanto a qualidade de vida da sociedade quanto as implicações ambientais decorrentes dessa atividade. A presente pesquisa intitulada “Economias municipais extrativas e suas implicações: Estudo de caso sobre a mineração em Alto Horizonte-GO”, tem como objetivo central analisar as dinâmicas econômicas, sociais e ambientais associadas à atividade mineral no município de Alto Horizonte-GO.

Observa-se que apesar de sua importância econômica para municípios como Alto Horizonte-GO, a mineração configura-se como uma atividade de natureza paradoxal, pois ao promover crescimento econômico e geração de receita, também acarreta sérias vulnerabilidades socioeconômicas e ambientais. A dependência mineral revela-se significativa para o desenvolvimento sustentável local, gerando instabilidade econômica em função da volatilidade dos mercados globais de commodities e agravando desigualdades sociais decorrentes da concentração dos benefícios em poucos atores econômicos. Além disso, os impactos ambientais e a pressão sobre os recursos naturais comprometem a qualidade de vida das populações e a resiliência territorial a longo prazo.

A análise das dinâmicas econômicas, sociais e ambientais em Alto Horizonte-GO evidencia que a mineração, enquanto vetor central da economia local, reproduz uma estrutura de dependência que subverte as possibilidades de desenvolvimento territorial sustentável, amplificando desigualdades e fragilidades socioambientais. Essa lógica extrativista, inserida nas complexas redes do capital global, demanda uma reconfiguração crítica das políticas públicas e estratégias econômicas, que ultrapasse a mera mitigação dos impactos imediatos para engendrar modelos integrados de governança territorial, capazes de promover a diversificação produtiva, a justiça socioambiental e a resiliência comunitária. Assim, a superação da minério-dependência requer não apenas a ampliação das alternativas econômicas, mas também a incorporação de princípios democráticos e de sustentabilidade nos

processos decisórios, garantindo que os benefícios do desenvolvimento mineral se traduzam em efetivas melhorias na qualidade de vida das populações locais e na conservação dos ecossistemas para as gerações futuras.

Diante desse cenário, torna-se urgente a formulação e implementação de políticas públicas integradas que estimulem a diversificação econômica, promovendo alternativas produtivas sustentáveis e fortalecendo a governança local para mitigar os efeitos adversos da mineração. A construção de um modelo de desenvolvimento mais equitativo passa pela valorização das potencialidades regionais que não estejam atreladas exclusivamente à exploração mineral, articulando ações intersetoriais que possam garantir a justiça socioambiental e a permanência das comunidades. Este estudo reforça a necessidade de ampliar o debate sobre os limites do modelo extrativista vigente, apontando caminhos para a construção de territórios mais justos, inclusivos e ambientalmente equilibrados.

METODOLOGIA

A proposta metodológica adotada baseia-se em procedimentos quali-quantitativos (Souza e Kerbauy, 2017). Durante o desenvolvimento da pesquisa, serão realizadas as seguintes atividades: levantamento bibliográfico de referenciais teóricos, fundamentando em autores que discutem os impactos ambientais, econômicos e políticos da mineração (Leite 2013; Milanez; Santos, 2013; Wanderley, 2017; Gonçalves, 2016; 2020). Para interpretar a minério-dependência e os desafios da diversificação econômica em municípios minerados, serão utilizados os estudos de (Junior; Luna, 2016; Guimarães; Milanez, 2017; Alvarenga, 2006; Enríquez, 2008; Peters Coelho, 2017; Tiribiça, 2017). Também serão realizados levantamentos de dados provenientes de fontes oficiais e institucionais, como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Agência Nacional de Mineração (ANM), Instituto Mauro Borges (IMB), entre outros.

REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo fundamenta-se na perspectiva de Harvey (2018), que discute o papel do capital no contexto global, evidenciando a complexa relação entre a exploração de recursos minerais e o sistema financeiro internacional. Para Harvey, a mineração está inserida em um “ecossistema global do capital” no qual a extração mineral serve não apenas como insumo produtivo, mas como elemento central das dinâmicas geopolíticas e econômicas globais. Essa

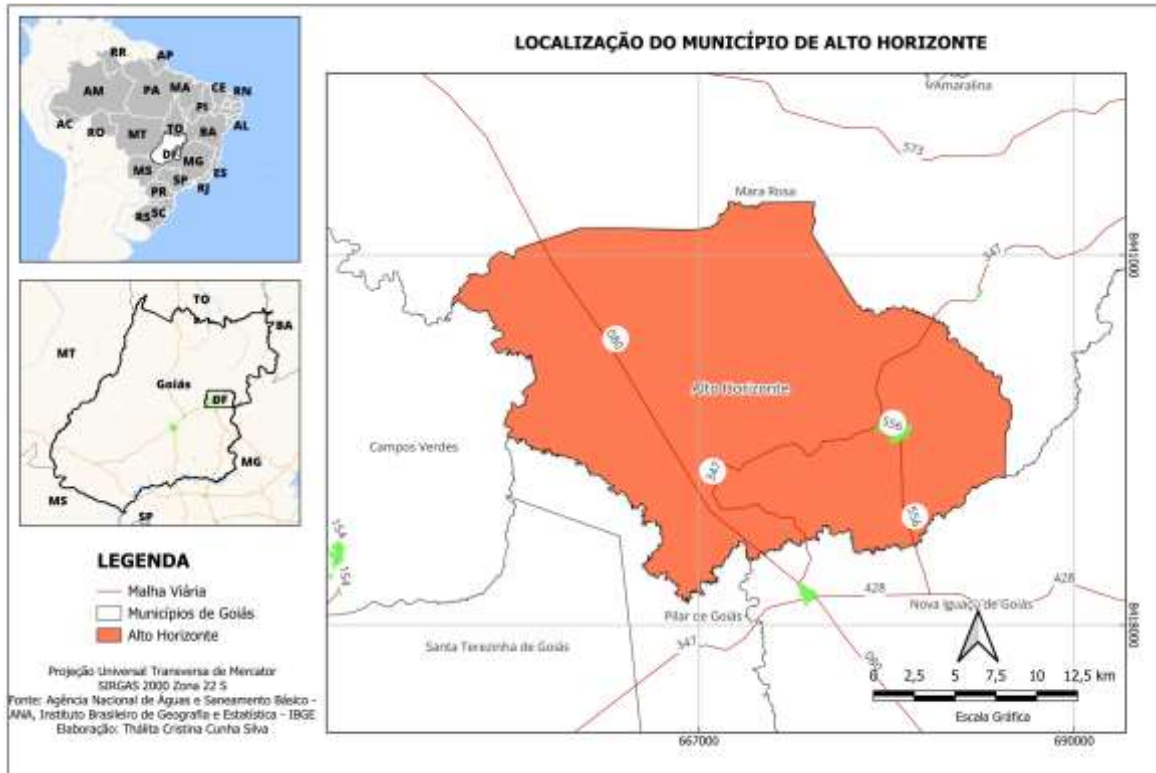
relação reforça as desigualdades geopolíticas, concentrando os benefícios econômicos em países mais desenvolvidos e grandes corporações, ao passo que agrava os conflitos socioambientais nas regiões mineradas, especialmente nos países periféricos, onde as consequências ambientais e sociais são mais intensas.

A fragmentação territorial e os impactos ambientais, como a degradação do bioma Cerrado e os constantes conflitos pelo uso do solo, são amplamente discutidos nos estudos de Gonçalves (2016, 2019, 2020), que evidenciam a vulnerabilidade dos territórios locais frente ao modelo predatório de mineração. Paralelamente, autores como Leite (2013), Milanez e Santos (2013), e Peters Coelho (2017) destacam a importância das estratégias de diversificação econômica e do desenvolvimento sustentável como caminhos essenciais para mitigar a dependência mineral. Esses estudos apontam que alternativas econômicas como o fortalecimento da agricultura ecológica, do turismo sustentável e da indústria local são fundamentais para promover a resiliência econômica e social dos municípios mineradores, contribuindo para um modelo de desenvolvimento mais justo e equilibrado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Alto Horizonte foi fundado em 1991 e localizado na região Norte Goiano de Goiás (Mapa 1), a aproximadamente 317 km de Brasília (capital federal) e a 333 km de Goiânia (capital estadual). Sua área territorial é de 503,7 km², de acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), a população de Alto Horizonte – GO em 2024 a população era de 6.072 habitantes (IBGE, 2022). O principal acesso ao município é feito pela BR-153 (partindo de Goiânia) e pela BR-080 (partindo de Brasília). O município é pertence à microrregião de Porangatu.

Pode-se analisar que as economias municipais que estão inseridas em Alto Horizonte-GO são fortemente influenciadas pela indústria mineral, uma vez que, a extração de recursos minerais como ouro, níquel, cobre, fosfato, amianto é realizada em grande escala em municípios como: Crixás, Barro Alto, Catalão e Ouvidor. Observa-se que uma das implicações socioeconômicas da megamineração nesses municípios é a minério-dependência (Peters Coelho, 2017) e a falta de diversificação econômica (Gonçalves, 2020).



Mapa 1: Localização geográfica de Alto Horizonte-GO.

Fonte: IBGE (2024). Elaboração: Silva (2024)

Goiás é uma das 26 unidades federativas do Brasil, na região Centro-Oeste do país. Com uma área de 340.242,860 km² (IBGE, 2024), é o sétimo maior estado brasileiro em extensão territorial. O estado é composto por 246 municípios, e possui uma população estimada de aproximadamente 7.056.495 (IBGE, 2022). Goiás faz divisa com os seguintes estados: Tocantins, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul; Mato Grosso e o Distrito Federal (IMB, 2018).

Percebe-se que a mineração influencia as dinâmicas econômicas locais, afetando diretamente na receita municipal e na geração de emprego e renda. Contudo, também se revela que a dependência mineral impõe uma série de contradições, provocando conflitos ambientais, econômicos e sociais. A extração mineral, ao firmar como base da economia local, torna-se um fator de vulnerabilidade, dado seu impacto prejudicial nos âmbitos socioeconômico.

As limitações impostas pelas precárias condições de transporte até o início do século XX conferiram ao gado cuja principal vantagem residia na sua capacidade de autotransporte a posição de principal produto das exportações goianas ao longo do século XIX. As contradições do modelo mineral no país envolvem um conjunto de características sublinhado por Coelho e Wanderley (2021, p. 11-12):



O Modelo Mineral Brasileiro não se define apenas pela lucratividade das corporações. Podemos defini-lo como o conjunto de instituições públicas e privadas, inclusive as mineradoras; processos decisórios, políticas públicas, normas e leis; processos tecnológicos e inovações de extração, beneficiamento, transformação metalúrgica, geração de resíduos e rejeitos, construção de barragens e pilhas de estéril, logística de transporte terrestre e pontuaria. Todos esses agentes, processos, regulamentações e objetos técnicos interagem organizando o Modelo Mineral Brasileiro. Sua constituição tem intensa relação com o mercado internacional e com o mercado interno. Mas não se podem ignorar as influências dos interesses locais e dos movimentos sociais de resistência na implantação dos empreendimentos de mineração.

Em escala global, a mineração apresenta uma relação profundamente desigual entre impactos e benefícios, Sampat, (2003, p. 115) destaca que:

A produção mineral é responsável pelo consumo de 10% da energia produzida no mundo, gerando enorme quantidade de gases tóxicos e montanhas de rejeitos que é maior que o volume de todo o material erodido pela malha hídrica do planeta, superando inclusive todo o lixo gerado nas cidades do mundo. Como benefício geraria apenas 0,5% dos empregos do globo e 1% do PIB mundial. Sendo que os beneficiados de fato são os proprietários das empresas mineradoras e seu alto escalão de funcionários.

Dessa forma, a dependência econômica da mineração apresenta desafios para a diversificação da economia local, tornando o município altamente vulnerável às oscilações nos preços das commodities e ao esgotamento dos recursos minerais. A ausência de alternativas econômicas sustentáveis agrava a vulnerável da região a crises econômicas decorrentes no mercado global de minérios, o que compromete ao desenvolvimento de uma economia mais diversificada.

Nesse contexto, Kuyek (2022, p. 2-3) destaca a mineração como uma “história de perdas” que ultrapassa a simples extração de recursos, abrangendo perdas humanas, territoriais, ambientais e culturais, que reverberam por gerações futuras. A mineração cria uma economia dependente do extrativismo, que gera lucros a partir dessas perdas, incluindo a remoção e desapropriação de comunidades indígenas, a degradação ambiental e o aumento das desigualdades sociais e políticas. Ressalta-se ainda que os depósitos minerais são finitos, enquanto os custos ambientais e sociais da extração aumentam continuamente, impactando negativamente as possibilidades futuras de desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida das comunidades afetadas. Kuyek evidencia a contradição inerente ao setor, em que os trabalhadores mineradores, embora conscientes dos sacrifícios envolvidos, esperam que seu

trabalho também beneficie suas famílias, comunidades e o planeta, sinalizando a urgência de repensar os modelos vigentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de mineração seguido no município de Alto Horizonte-GO tem gerado impactos profundos nas esferas econômica, ambiental, política e social, evidenciando uma estrutura de dependência dos recursos minerais. A mineração, com seu caráter predatório, sustenta uma economia local que está fortemente vinculada à extração de minérios, gerando um ciclo de vulnerabilidade no município. A minério-dependência e a falta de diversificação econômica criam uma realidade onde a estabilidade econômica e o bem-estar social estão intimamente ligados às flutuações do mercado global de commodities. Além disso, a exploração intensiva dos recursos minerais resulta em degradação ambiental e conflitos territoriais, resultando em desigualdades e fragilidades da sociedade local.

Contudo, a necessidade de repensar o desenvolvimento econômico de Alto Horizonte, pois a diversificação econômica apresenta como estratégia crucial para reduzir a dependência da mineração e mitigar seus efeitos negativos, criando novas oportunidades para o município.

Portanto, investir em alternativas sustentáveis, como o incentivo a outras atividades econômicas, incluindo a agricultura sustentável, o turismo e a indústria de transformação, pode fortalecer a economia local, gerar empregos e promover uma geração de renda mais sustentável. Portanto, é fundamental a adoção de políticas públicas que priorizem a preservação ambiental. O desenvolvimento de um modelo econômico mais equilibrado, que contemple a equidade social e a conservação ambiental, é crucial para assegurar um futuro mais próspero e justo para a população de Alto Horizonte.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Cristiano Penido de. **A vulnerabilidade econômica do município de Itabira, Minas Gerais, em relação à atividade mineral**. 2006. 114f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Mineral) – Universidade Federal Ouro Preto (Ufop), Ouro Preto-MG, 2006.

ANM – Agência Nacional de Mineração. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br>. Acesso em: 11 set. 2025.

ENRÍQUEZ, Maria Amélia. **Mineração: maldição ou dádiva? Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira**. São Paulo: Signus Editora, 2008.

GUIMARÃES, Carolina Lucinda; MILANEZ, Bruno. Mineração, impactos locais e desafios da diversificação econômica revisitando Itabira (MG). **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 41, p. 215-236, 2017.

GONÇALVES, Ricardo Assis. **No horizonte, a exaustão**: disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de mineração em Goiás. 2016. 504f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós graduação em Geografia, 2016.

GONÇALVES, Ricardo Assis. Mineração em grande escala, disputas pelo subsolo e o espaço agrário fraturado em Goiás, Brasil. **Revista de Geografia**, Recife, v. 36, n.2, 2019.

GONÇALVES, Ricardo Assis. Mineração e fratura territorial do Cerrado em Goiás. **Élisée, Revista de Geografia da UEG**, Goiás, v. 9, n. 2, e922018, jul./dez. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/altohorizonte/historico>. Acesso em: 17 set. 2025.

IMB (Instituto Mauro Borges), 2018. **Goiás-Visão Geral**. Disponível em: <https://goias.gov.br/imb/wp-content/uploads/sites/29/2018/07/goias-visao-geral-7fb.pdf>. Acesso em: 15 set. 2025.

HARVEY, David. **A loucura da razão capitalista**: Marx e o capital no século XXI. Tradução de Arthur Renzo. São Paulo: Boitempo, 2018.

JÚNIOR, Hamilton Matos Cardoso; LUNAS, Divina Aparecida Leonel. Panorama e consolidação do setor mineral em Goiás. **Revista Cerrados**, v. 14, n. 1, p. 96-124, 2016.

LEITE, Ubajara Berocan. **Os efeitos regionais da ‘Grande Mineração’**: a experiência do Norte de Goiás, 2013. 152f Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília. Departamento em Geografia, 2013.

PETERS COELHO, Tadzio. Minério-dependência e alternativas em economias locais. Versos – Textos para Discussão. **PoEMAS**, v. 1, n. 3, 2017.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo S. P. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 10, p. 119-148, 2013.

OLIVEIRA, Eder José de. **Impacto socioeconômico da mineração em Goiás**: Estudo de caso no município de Niquelândia. 94f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) - Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial, 2021.

SOUZA, Kellcia Rezende; RERBAUY, Maria Teresa Miceli. Abordagem quati-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21-44, jan./abr. 2017.

SOUZA, Emanuella Teixeira de Azevedo; GREEN, Maria Pereira Lima. **Análise do desempenho dos municípios de Minas Gerais e Pará no planejamento e uso da CFEM 2019-2022**.

SAMPAT, P. Scrapping mining dependence in State of Word. New York: Worlr-dwatch Institute, W. W. Norton & Company, 2003, p. 110-219.

TIRIBIÇA, Luciana Gonçalves. **Aspectos econômicos e sociais da mineração em Goiás, com ênfase na extração de areia.** 2017. 130f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós graduação em Geografia, 2017.

WANDERLEY, Luiz Jardim. Do boom ao pós-boom das commodities: o comportamento do setor mineral no Brasil. **Versos – Textos para Discussão PoEMAS**, v. 1, n. 1, p. 1-7, 2017.

WANDERLEY, Luiz; PETERS COELHO, Tádzio. **Quatro Décadas do Projeto Grande Carajás: Fraturas do Modelo Mineral Desigual na Amazônia.** Brasília-DF: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à mineração, 2021.